

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor de Autarquias Norte - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2019

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A EMPRESA

A BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB Consórcios - é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., com sede em Brasília (DF), que tem por objeto principal a organização e administração de grupos de consórcio destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes.

ATUAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS

A BB Consórcios consolida-se entre as maiores administradoras de consórcios do mercado e registrou, em dezembro de 2019, mais de 947 mil participantes ativos. No ano de 2019, foram comercializadas mais de 360 mil novas cotas, que representaram R\$ 12,9 bilhões em volume de negócios.

A carteira concentra 82,19% de sua composição em volume de negócios nas modalidades de automóveis (62,73%) e imóveis (19,46%), resultado da estratégia comercial com foco nos segmentos de tickets mais elevados, aderente à atuação dos demais bancos. Destaque para o segmento de automóveis, representado por mais de 600 mil participantes ativos.

Cabe ressaltar que a BB Consórcios é a única administradora ligada a instituição financeira que oferta todos os segmentos de produtos, abrangendo as modalidades de motocicletas, outros bens móveis (eletroeletrônicos) e serviços, além das destacadas acima.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

No ano de 2019, as ações estratégicas mantiveram direcionamento voltado à ampliação de vendas nos canais digitais e parceiros comerciais (foram mais de R\$ 2,7 bilhões via canais digitais; R\$ 1,7 bilhão em parceiros de vendas).

Cabe destacar que as estratégias de adequação de portfólio pautaram-se no atendimento de práticas de *suitability*, adequando produtos de acordo com o perfil de clientes e reforçando o papel de planejamento financeiro, que o produto consórcio oferece.

INICIATIVAS SOCIAIS E SUSTENTÁVEIS

Em continuidade às ações voltadas às iniciativas sociais e sustentáveis, a BB Consórcios mantém grupos destinados a aquisição de bens e serviços sustentáveis para aquisição de bens não poluentes. A iniciativa visa permitir a compra de bicicletas e bicicletas elétricas, também possibilita a aquisição de bens e serviços de eficiência energética e reuso de água, tais como placas fotovoltaicas, filtros de água, bombas e luminárias solares. Esta linha tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do país e permitir que famílias, empresas e propriedades rurais planejem a instalação de equipamentos que preservem os recursos naturais do país e vem ao encontro da política específica de responsabilidade socioambiental, cujo objetivo é orientar o comportamento da administradora e estimular a adoção e disseminação de princípios de atuação em bases social e ambientalmente responsáveis.

SATISFAÇÃO DE CLIENTES

A BB Consórcios mantém a cultura de relacionamento e foco no cliente, envolvendo todos os colaboradores no tratamento de soluções tempestivas às demandas com foco na constante satisfação dos clientes.

No ano de 2019, foram registradas 184 ocorrências no portal consumidor.gov.br sendo que a administradora respondeu todas as ocorrências que lhe cabiam numa média de 7,2 dias, abaixo do prazo limite de 10 dias estipulado pelo portal. Além disso, as ocorrências recebidas via BB Atende foram respondidas dentro do prazo legal.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No exercício de 2019, as receitas com prestação de serviços atingiram o montante de R\$ 1,22 bilhão, incremento de 29,9% em relação ao mesmo período de 2018. O lucro líquido alcançou R\$ 615 milhões, representando um RSPL de 240,72%.

CENÁRIO ECONÔMICO – MERCADO CONSÓRCIOS

De acordo com os últimos dados de Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC), o mercado de consórcios apresentou R\$ 121,5 bilhões em volume de negócios, crescimento de 26% em relação ao mesmo período de 2018. O número de participantes atingiu 7,35 milhões.

Entre janeiro e novembro de 2019, foram comercializados 2,6 milhões de cotas, crescimento de 11% em relação ao mesmo período de 2018. Até novembro de 2019, foram disponibilizados R\$ 38,5 bilhões em créditos.

De acordo com informação divulgada pelo Banco Central, a BB Consórcios mantém a 3ª posição no ranking geral das administradoras de consórcio e a 2ª posição entre as administradoras vinculadas a instituições financeiras (posição maio de 2019 - último dado disponível).

Na economia, a BB Consórcios, em 2019, disponibilizou valor superior a R\$ 5,8 bilhões, decorrente do pagamento de mais de 162 mil bens e serviços, gerando cada vez mais negócios para os diversos elos da cadeia produtiva.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A BB Consórcios possui uma estrutura de governança corporativa formada pelo Conselho de Administração, composto por sete membros e assessorado pelo Comitê de Auditoria, pelo Comitê de Riscos e de Capital e pela Diretoria Executiva, composta por três diretores estatutários. A BB Consórcios possui ainda um Conselho Fiscal composto por três membros titulares e suplentes.

Em busca da qualidade da gestão, a BB Consórcios adota boas práticas em governança corporativa e compromete-se com os princípios básicos de Transparência, Prestação de Contas, Equidade e Responsabilidade Socioambiental.

A governança da BB Consórcios, como Entidade Ligada ao Banco do Brasil - ELBB, inclui a formulação de análises e considerações para embasar os conselheiros indicados, além da modelagem de padrões e mecanismos de atuação.

Em todos os níveis da BB Consórcios, as decisões são tomadas de forma colegiada, em fóruns qualificados, conforme o escalão ao qual foi

formalmente atribuída a respectiva competência e alçada, com o apoio de comitês que garantem agilidade, qualidade e segurança ao processo. Dessa forma, também compartilhamos nossa visão administrativa, disseminamos conhecimentos, agregamos valor e qualidade ao nosso posicionamento e mitigamos riscos.

CAPITAL HUMANO

O quadro de colaboradores, no encerramento do segundo semestre de 2019, era composto por 49 funcionários ativos e 3 diretores estatutários, todos cedidos pelo Banco do Brasil S.A.

A política de valorização dos profissionais adotada pela BB Consórcios contempla a oferta de oportunidades de desenvolvimento e ascensão, além da implementação de melhoria nas condições do ambiente e no clima organizacional.

No ano de 2019, a BB Consórcios investiu na certificação dos colaboradores para a venda de Consórcios, ministrada pela Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios – ABAC, totalizando em 96,15% de funcionários da empresa certificados.

Dentro do Programa Sucessório, no segundo semestre de 2019, a BB Consórcios permaneceu investindo na gestão do conhecimento, com a capacitação de seus colaboradores, identificação de novos talentos e formação de substitutos prontos, assim favorecendo o equilíbrio corporativo e a perenidade da empresa.

Durante o ano, foram desenvolvidas ações de reconhecimento, com valorização ao desempenho, mérito e comprometimento e, ainda, ações de integração e promoção da qualidade de vida no trabalho, buscando significado e sentido à atividade de cada funcionário e satisfação em fazer parte da BB Consórcios.

GESTÃO DE RISCOS

A BB Consórcios adota política conservadora, alinhada à política de gerenciamento de riscos adotada pelo Conglomerado Banco do Brasil.

Utiliza-se, na BB Consórcios, o processo do Banco do Brasil para identificação dos riscos que compoem o inventário de riscos da empresa, realizado a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente.

A partir do inventário de riscos é realizada a avaliação da relevância, considerando critérios quantitativos e qualitativos especificados em metodologia interna.

Os riscos considerados como relevantes são de crédito, operacional e de estratégia.

Na BB Consórcios, no que concerne às atividades de gestão de riscos, a Diretoria de Gestão de Riscos (Diris) do Banco do Brasil S.A. considera a empresa nas atividades de gerenciamento de risco do conglomerado prudencial.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Conglomerado Prudencial Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

CONTROLES INTERNOS

O processo de gerenciamento dos controles internos na Administradora é efetivo e consistente com a natureza e complexidade das operações realizadas e tem proporcionado com razoável segurança o atingimento dos objetivos da empresa, a fidedignidade das demonstrações contábeis e a aderência aos normativos internos e externos. É periodicamente avaliado por áreas gestoras de riscos, controles e auditoria interna do Conglomerado BB.

A BB Consórcios subsidiária integral do Banco do Brasil, submete-se à sua estrutura de controle e risco e alinha-se às exigências do órgão regulador e às melhores práticas de governança corporativa.

A Administradora, como gestora de produto, possui responsabilidade primária de identificar e avaliar os riscos associados aos seus processos, produtos e serviços, bem como implementar e executar controles que mitiguem os riscos, possui conselho de administração e fiscal próprios, comitês, subcomitês e diretoria executiva detentora de autonomia administrativa formada por 1 (um) diretor-presidente e dois diretores executivos. A dinâmica de atuação do conselho de administração, da diretoria executiva, dos comitês e subcomitês encontra-se disciplinada nos respectivos regulamentos internos.

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar a efetividade do sistema de controles internos da Instituição e das auditorias interna e independente, revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, exercer suas responsabilidades junto às sociedades controladas pelo Banco do Brasil que aderiram ao Comitê de Auditoria único.

O Comitê de Riscos e de Capital tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício das suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do Banco do Brasil.

A Gerência de Riscos e Controles realiza, periodicamente, testes de conformidade visando à mitigação do risco de *compliance*. Também utiliza metodologia estruturada para avaliar a eficácia dos controles nos processos-chave da Administradora, com o objetivo de identificar oportunidades de melhorias.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A BB Consórcios utiliza-se do serviço técnico profissional especializado prestado, atualmente, pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que tem por objetivo obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo sua opinião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores e parceiros pela confiança e credibilidade dispensada e aos nossos colaboradores pelo apoio, dedicação e profissionalismo que contribuíram para os resultados obtidos.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE		890.357	708.107
Disponibilidades	4	222	176
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		818.296	648.122
Aplicações em operações compromissadas	5.a	818.296	648.122
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		52.822	43.016
Carteira própria	6.a	52.822	43.016
Outros Créditos		19.011	16.783
Créditos específicos	7.a	494	493
Diversos	7.b	18.517	16.290
Outros Valores e Bens		6	10
Despesas antecipadas		6	10
PERMANENTE		57	37
Imobilizado		54	33
Móveis e equipamentos de uso		77	46
(-) Depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso		(23)	(13)
Intangível		3	4
Ativos Intangíveis		6	6
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis		(3)	(2)
TOTAL DO ATIVO		890.414	708.144

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO CIRCULANTE		609.831	477.561
Outras Obrigações		609.831	477.561
Sociais e estatutárias	8.a	322.958	251.028
Fiscais e previdenciárias	8.b	207.046	157.660
Diversas	8.c	79.827	68.873
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		280.583	230.583
Capital		167.522	167.522
De domiciliados no país	11.a	167.522	167.522
Reservas de Lucros	11.b	113.061	63.061
TOTAL DO PASSIVO		890.414	708.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Sem/2019	Exerc/2019	Exerc/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		19.554	37.282	34.138
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	19.554	37.282	34.138
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		19.554	37.282	34.138
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		466.387	894.007	678.434
Receitas de prestação de serviços	9.a	636.584	1.224.313	942.196
Despesas de pessoal	9.b	(9.566)	(18.854)	(16.520)
Outras despesas administrativas	9.c	(10.077)	(19.393)	(17.147)
Despesas tributárias	12.c	(85.538)	(164.568)	(126.014)
Outras receitas operacionais	9.d	9.503	20.799	24.828
Outras despesas operacionais	9.e	(74.519)	(148.290)	(128.909)
RESULTADO OPERACIONAL		485.941	931.289	712.572
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	10	--	--	(2)
Despesas não operacionais		--	--	(2)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		485.941	931.289	712.570
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12.a	(163.875)	(315.364)	(241.347)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(163.903)	(315.441)	(243.431)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		28	77	2.084
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO		(338)	(675)	(675)
LUCRO LÍQUIDO		321.728	615.250	470.548
Número de ações		14.100	14.100	14.100
Lucro por ação (R\$)		22.817,59	43.634,75	33.372,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Sem/2019	Exerc/2019	Exerc/2018
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro antes dos Tributos e Participações	485.941	931.289	712.570
Ajustes ao Lucro antes dos Tributos e Participações	87	237	(454)
Reforço (Reversão) de provisões para passivos contingentes	80	226	(464)
Perdas de capital	--	--	2
Despesas de depreciação e amortização	7	11	8
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações	486.028	931.526	712.116
Variações Patrimoniais	(240.145)	(433.561)	(315.774)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(168.710)	(170.174)	(126.173)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(10.727)	(9.806)	33.706
(Aumento) Redução em outros créditos	49.297	(2.148)	3.895
Imposto de renda e contribuição social pagos	(70.894)	(264.203)	(198.112)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(39.111)	12.770	(29.090)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	245.883	497.965	396.342
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de uso	(23)	(31)	(24)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(23)	(31)	(24)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	(245.746)	(497.888)	(396.393)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(245.746)	(497.888)	(396.393)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	114	46	(75)
Início do período	108	176	251
Fim do período	222	222	176
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	114	46	(75)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31.12.2017		167.522	18.323	29.556	--	215.401
Lucro líquido do período		--	--	--	470.548	470.548
Destinações: - Reservas	11.c	--	15.182	--	(15.182)	--
- Dividendos (R\$ 32.295,46 por ação)	11.c	--	--	--	(455.366)	(455.366)
Saldos em 31.12.2018		167.522	33.505	29.556	--	230.583
Mutações do período		--	15.182	--	--	15.182
Saldos em 30.06.2019		167.522	33.505	79.556	--	280.583
Lucro líquido do período		--	--	--	321.728	321.728
Destinações: - Dividendos (R\$ 22.817,59 por ação)	11.c	--	--	--	(321.728)	(321.728)
Saldos em 31.12.2019		167.522	33.505	79.556	--	280.583
Mutações do período		--	--	--	--	--
Saldos em 31.12.2018		167.522	33.505	29.556	--	230.583
Lucro líquido do período		--	--	--	615.250	615.250
Destinações: - Reservas	11.c	--	--	50.000	(50.000)	--
- Dividendos (R\$ 40.088,65 por ação)	11.c	--	--	--	(565.250)	(565.250)
Saldos em 31.12.2019		167.522	33.505	79.556	--	280.583
Mutações do período		--	--	50.000	--	50.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor de Autarquias Norte - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2019

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	2º Sem/2019		Exerc/2019		Exerc/2018	
RECEITAS		657.281		1.267.406		982.932	
Receitas de intermediação financeira	6.b	19.554		37.282		34.138	
Receitas de prestação de serviços	9.a	636.584		1.224.313		942.196	
Outras receitas/(despesas)		1.143		5.811		6.598	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(75.613)		(151.452)		(127.058)	
Ressarcimento de encargos e despesas ao Banco do Brasil S.A.	9.e	(37.856)		(76.937)		(75.492)	
Remuneração aos parceiros comerciais	9.e	(24.840)		(47.872)		(32.012)	
Processamento de dados	9.c	(5.585)		(11.116)		(10.838)	
Banco do Brasil - suporte operacional	9.e	(1.685)		(3.226)		(3.072)	
Comunicações	9.c	(391)		(2.010)		(1.817)	
Outras		(5.256)		(10.291)		(3.827)	
VALOR ADICIONADO BRUTO		581.668		1.115.954		855.874	
Despesas de depreciação/amortização		(7)		(11)		(8)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		581.661		1.115.943		855.866	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		581.661	100,00%	1.115.943	100,00%	855.866	100,00%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		581.661	100,00%	1.115.943	100,00%	855.866	100,00%
Pessoal		9.904	1,70%	19.529	1,75%	17.195	2,01%
Proventos e honorários		6.018		11.897		10.223	
Participação de administradores no lucro		338		675		675	
Benefícios e treinamentos		916		1.706		1.532	
FGTS		380		774		697	
Encargos sociais		2.252		4.477		4.068	
Impostos, taxas e contribuições		249.413	42,88%	479.932	43,01%	367.361	42,92%
Federais		217.852		418.928		320.671	
Municipais		31.561		61.004		46.690	
Remuneração de capitais de terceiros		616	0,11%	1.232	0,11%	762	0,09%
Aluguéis	9.c	616		1.232		762	
Remuneração de capitais próprios		321.728	55,31%	615.250	55,13%	470.548	54,98%
Dividendos		321.728		565.250		455.366	
Lucros retidos		--		50.000		15.182	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

ATIVO	31.12.2019	31.12.2018	PASSIVO	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE	8.249.476	6.938.070	PASSIVO CIRCULANTE	8.249.476	6.938.070
Disponibilidades	--	63	Outras Obrigações	8.249.476	6.938.070
Aplicações Interfinanceiras	2.991.472	2.698.089	Obrigações com consorciados	4.002.150	3.277.487
Outros Créditos	5.258.004	4.239.918	Valores a repassar	75.292	75.596
Direitos junto a consorciados contemplados	5.258.004	4.239.918	Obrigações por contemplações a entregar	2.477.702	2.187.179
Normais	5.194.232	4.194.260	Recursos a devolver a consorciados	1.017.656	892.143
Em atraso	63.772	45.658	Recursos do grupo	676.676	505.665
COMPENSAÇÃO	39.614.380	33.221.980	COMPENSAÇÃO	39.614.380	33.221.980
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	453.641	328.614	Recursos mensais a receber de consorciados	453.641	328.614
Contribuições devidas ao grupo	20.443.355	17.132.581	Obrigações do grupo por contribuições	20.443.355	17.132.581
Conсорciados - bens a contemplar	18.717.384	15.760.785	Bens ou serviços a contemplar	18.717.384	15.760.785
TOTAL DO ATIVO	47.863.856	40.160.050	TOTAL DO PASSIVO	47.863.856	40.160.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS CONSOLIDADA

	2º Sem/2019	Exerc/2019	Exerc/2018
DISPONIBILIDADES (Início do período)	3.005.254	2.698.152	2.184.191
Depósitos bancários	--	63	--
Aplicações financeiras dos grupos	503.499	510.910	395.174
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	2.501.755	2.187.179	1.789.017
(+) RECURSOS COLETADOS	4.202.007	8.172.828	6.788.032
Contribuições para aquisição de bens	3.355.711	6.531.407	5.349.127
Taxa de administração	611.855	1.181.018	929.013
Contribuições ao fundo de reserva	113.939	221.309	176.826
Rendimentos de aplicações financeiras	64.973	135.892	118.756
Multas e juros moratórios	8.272	16.159	15.148
Prêmios de seguro	13.074	30.126	38.326
Custas judiciais	(99)	4	252
Reembolso de despesas de registro	1.656	10.631	21.494
Outros	32.626	46.282	139.090
(-) RECURSOS UTILIZADOS	4.215.789	7.879.508	6.274.071
Aquisição de bens	3.326.906	6.241.017	4.854.727
Taxa de administração	624.380	1.199.259	933.094
Multas e juros moratórios	3.213	6.694	7.576
Prêmios de seguro	14.473	30.731	29.951
Custas judiciais	--	93	494
Devolução a consorciados desligados	102.856	151.298	139.266
Despesas de registro de contrato	2.435	22.323	22.826
Outros	141.526	228.093	286.137
DISPONIBILIDADES (final do período)	2.991.472	2.991.472	2.698.152
Depósitos bancários	--	--	63
Aplicações financeiras dos grupos	513.770	513.770	510.910
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	2.477.702	2.477.702	2.187.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - ADMINISTRADORA

1 - A BB CONSÓRCIOS E SUAS OPERAÇÕES

A BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 12 de dezembro de 2003 e sua sede está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 1º Andar, Asa Norte, Brasília-DF. Tem por objeto a administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens ou conjunto de bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes – incluindo pessoas físicas de baixa renda e microempresários – e a prática de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às administradoras de consórcios.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) específicas para a atividade de consórcio e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as antecipações de imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras operações. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Consórcios, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A BB Consórcios aplicou o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que não é conflitante com as normas Bacen.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13.02.2020.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pela BB Consórcios são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

As taxas de administração dos grupos de consórcios são escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, quando é apropriada como receita (conforme Circular Bacen n.º 2.381/1993).

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle da BB Consórcios, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, com alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor justo e prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. (Nota 4).

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

e) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001 (Nota 6):

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB Consórcios tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

f) Outros Créditos e Provisão para Outros Créditos

Os outros créditos são registrados pelo valor de custo e, quando aplicável, atualizados com base na variação das respectivas taxas de juros pactuadas.

As provisões para outros créditos são constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado. A BB Consórcios não possui saldo de provisão para outros créditos em 31.12.2019 e 31.12.2018.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Ao final de cada período de reporte, a BB Consórcios avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Consórcios estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização, reconhecida na Demonstração do Resultado.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9%
Pis/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	7,6%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários – Nota 12.d) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Circular Bacen n.º 3.174/2003, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

i) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Circular Bacen n.º 3.484/2010.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, com a não há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela conformação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exequível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 15.b) o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para o cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 15.c), e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor de Autarquias Norte - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2019

k) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Consórcios é o Real (R\$).

A) Gerenciamento de Riscos

A BB Consórcios adota política conservadora, alinhada à política de gerenciamento de riscos adotada pelo Conglomerado Banco do Brasil.

Utiliza-se na BB Consórcios, o processo do Banco do Brasil para identificação dos riscos que comporão o inventário de riscos da empresa, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente.

A partir do inventário de riscos é realizada a avaliação da relevância, considerando critérios quantitativos e qualitativos especificados em metodologia interna.

Os riscos considerados como relevantes são de crédito, operacional e de estratégia.

Na BB Consórcios, no que concerne às atividades de gestão de riscos, a Diretoria de Gestão de Riscos (Diris) do Banco do Brasil S.A. considera a empresa nas atividades de gerenciamento de risco do conglomerado prudencial.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Conglomerado Prudencial Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades		
Depósitos bancários	222	176
Total	222	176

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Correspondem a aplicações financeiras efetuadas junto ao Banco do Brasil S.A. em operações compromissadas, lastreadas por LFT, com taxa de remuneração de mercado (99% - Taxa Média Selic).

a) Composição

	31.12.2019	31.12.2018
Aplicações em Operações Compromissadas		
Letras financeiras do tesouro - Posição bancada	818.296	648.122
Total	818.296	648.122

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Sem/2019	Exerc/2019	Exerc/2018
Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	18.354	34.781	30.918
Total	18.354	34.781	30.918

6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor de Mercado		Total	Valor de Mercado		Total
	Sem Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	
1 - Títulos para negociação	52.822	52.822	52.822	43.016	43.016	
Títulos privados	52.822	52.822	52.822	43.016	43.016	
Cotas de fundos de investimento ⁽¹⁾	52.822	52.822	52.822	43.016	43.016	
Total	52.822	52.822	52.822	43.016	43.016	

(1) Refere-se a investimento em cotas do fundo BB Renda Fixa CP Corporate Ágil, administrado pela BB DTVM, entidade integrante do Conglomerado Banco do Brasil, cujo valor de mercado é representado pelo valor da cota, divulgado pelo administrador do fundo.

	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor contábil		Total	Valor contábil		Total
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	
Por carteira	52.822	--	52.822	43.016	--	43.016
Carteira própria	52.822	--	52.822	43.016	--	43.016
Por categoria	52.822	--	52.822	43.016	--	43.016
1 - Títulos para negociação	52.822	--	52.822	43.016	--	43.016

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Nota	2º Sem/2019	Exerc/2019	Exerc/2018
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.b	18.354	34.781	30.918
Rendas de aplicações em fundos de investimento		1.200	2.501	3.220
Total		19.554	37.282	34.138

c) Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Fundos de Investimento: são contabilizados pelo valor de mercado, que é representado pelo valor justo da cota, divulgado pelo Administrador dos fundos.

Níveis de Informação Referentes a Ativos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela BB Consórcios S.A. são as seguintes:

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a empresa estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	31.12.2019		31.12.2018	
	Saldo Contábil	Nível 2	Saldo Contábil	Nível 2
Ativo	52.822	52.822	43.016	43.016
Fundos de investimento ⁽¹⁾	52.822	52.822	43.016	43.016

(1) O valor do custo atualizado dos fundos de investimento equivale ao valor justo.

d) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários nos exercícios encerrados em 31.12.2019 e 31.12.2018.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Em 31.12.2019 e 31.12.2018 não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto e não foram realizadas transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos nessas datas.

7 - OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos Específicos

	31.12.2019	31.12.2018
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial	494	493
Total	494	493

b) Diversos

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Impostos e contribuições a compensar		7.820	6.464
Devedores por depósitos em garantia	15.d	5.876	4.979
Ativo fiscal diferido - crédito tributário	12.d	4.734	4.657
Devedores diversos - País		87	190
Total		18.517	16.290

8 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	31.12.2019	31.12.2018
Dividendos e bonificações a pagar	321.728	249.979
Gratificações e participações a pagar	1.230	1.049
Total	322.958	251.028

b) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2019	31.12.2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	190.556	145.779
Impostos e contribuições a recolher	16.490	11.881
Total	207.046	157.660

c) Diversas

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Obrigações por recursos de consórcios - grupos encerrados ⁽¹⁾		37.060	34.591
Credores diversos - País ⁽²⁾		16.600	9.064
Valores a pagar a sociedades ligadas		12.244	11.522
Obrigações legais - provisões para riscos fiscais	15.e	7.014	6.953
Provisão para passivos contingentes	15.b	6.909	6.743
Total		79.827	68.873

(1) Refere-se a valores devidos a consorciados ainda pendentes de pagamento.

(2) Valores relativos a grupos encerrados - recursos não distribuídos.

9 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Sem/2019	Exerc/2019	Exerc/2018
Taxa de administração de consórcios	625.477	1.203.207	923.862
Multa e juros recebidos	5.361	10.043	8.397
Taxa de cessão	4.953	9.843	9.499
Remuneração sobre alteração de titularidade	793	1.220	438
Total	636.584	1.224.313	942.196

b) Despesas de Pessoal

	2º Sem/2019	Exerc/2019	Exerc/2018
Proventos	(5.437)	(10.588)	(8.618)
Encargos sociais	(2.632)	(5.251)	(4.765)
Benefícios	(824)	(1.550)	(1.362)
Honorários	(581)	(1.309)	(1.605)
Treinamento	(92)	(156)	(170)
Total	(9.566)	(18.854)	(16.520)

c) Outras Despesas Administrativas

	2º Sem/2019	Exerc/2019	Exerc/2018
Processamento de dados	(5.585)	(11.116)	(10.838)
Contribuições filantrópicas	(2.096)	(2.096)	(1.500)
Comunicações	(391)	(2.010)	(1.817)
Aluguéis	(616)	(1.232)	(762)
Promoções e relações públicas	(487)	(1.097)	(522)
Viagens	(249)	(353)	(314)
Serviços técnicos especializados	(110)	(208)	(180)
Serviços de terceiros	(6)	(101)	(41)
Publicações	(7)	(89)	(101)
Manutenção e conservação de bens	(25)	(58)	(52)
Material de expediente	(9)	(49)	(24)
Transportes	(13)	(45)	(77)
Despesas de serviços de sistema financeiro	(9)	(17)	(77)
Propaganda e publicidade	--	--	(25)
Outras	(474)	(942)	(817)
Total	(10.077)	(19.393)	(17.147)

d) Outras Receitas Operacionais

	2º Sem/2019	Exerc/2019	Exerc/2018
Taxa de permanência	7.740	17.185	18.943
Reversão/Baixa de passivos contingentes	1.464	3.207	5.405
Variações monetárias ativas	106	214	210
Recuperação de encargos e despesas ⁽¹⁾	193	193	270
Total	9.503	20.793	24.828

(1) Refere-se, principalmente, ao ressarcimento de valores pagos pela Administradora à consorciados, por conta dos Grupos de Consórcios, em cumprimento de decisões judiciais.

e) Outras Despesas Operacionais

	2º Sem/2019	Exerc/2019	Exerc/2018
Ressarcimento de encargos e despesas ao Banco do Brasil S.A.	(37.856)	(76.937)	(75.492)
Remuneração aos parceiros comerciais	(24.840)	(47.872)	(32.012)
Variações monetárias passivas	(2.224)	(4.387)	(4.219)
Passivos contingentes	(1.544)	(3.433)	(4.941)
Banco do Brasil - suporte operacional	(1.685)	(3.226)	(3.072)
Manutenção e desenvolvimento de sistema	(1.571)	(2.891)	(1.671)
Custos indiretos Contadoria/Direção Geral	(1.467)	(2.854)	(1.371)
Demanda judicial	(1.161)	(2.539)	(2.127)
Atualização dos recursos dos consorciados	(959)	(1.999)	(2.487)
Taxas e tarifas bancárias	(836)	(1.618)	(1.382)
Outras	(376)	(534)	(135)
Total	(74.519)	(148.290)	(128.909)

10 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Sem/2019	Exerc/2019	Exerc/2018
Despesas Não Operacionais			
Perdas de capital	--	--	(2)
Total	--	--	(2)

11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 167.522 mil (R\$ 167.522 mil em 31.12.2018), totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 14.100 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 280.583 mil (R\$ 230.583 mil em 31.12.2018) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 19.899,50 por ação (R\$ 16.353,40 em 31.12.2018).

b) Reservas de Lucros

	31.12.2019	31.12.2018
Reservas de Lucros		
Reserva legal	33.505	33.505
Reservas estatutárias	79.556	29.556
Total	113.061	63.061

A BB Consórcios não constituiu Reserva Legal no exercício de 2019, uma vez que a reserva encontra-se no limite permitido, conforme determina o artigo 193 da Lei n.º 6.404/1976.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social, conforme estabelecido no Estatuto Social da BB Consórcios.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Sem/2019	Exerc/2019	Exerc/2018
Base de Cálculo	321.728	615.250	455.366
- Lucro líquido	321.728	615.250	470.548
- Reserva legal constituída no período	--	--	15.182
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	80.432	153.813	113.843
Dividendo adicional	241.296	411.437	341.523
Total destinado ao acionista	321.728	565.250	455.366
Reserva estatutária	--	50.000	--
Saldo do lucro líquido ajustado após as destinações	0	0	0

Os dividendos serão corrigidos com base na variação da taxa Selic da data do balanço até o dia do efetivo pagamento.

12 - TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	2º Sem/2019	Exerc/2019	Exerc/2018
Valores Correntes	(163.903)	(315.441)	(243.431)
IR e CSLL no país	(163.903)	(315.441)	(243.431)
Valores Diferidos	28	77	2.084
Ativo fiscal diferido - Diferenças Intertemporais	28	77	2.084
Total das despesas	(163.875)	(315.364)	(241.347)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Sem/2019	Exerc/2019	Exerc/2018
Resultado antes dos Tributos e Participações	485.941	931.289	712.570
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (9%)	(165.220)	(316.638)	(242.274)</

BB Administradora de Consórcios S.A.

Sector de Autarquias Norte - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2019

14 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em 20.04.2016, foram assinados os convênios de disponibilidade de empregados do Banco do Brasil S.A. para a BB Consórcios, para o exercício de cargo estatutário, bem como em pedidos de revisão de cláusulas contratuais e repetição de indébito. Essas ações, em sua maioria, foram ajuizadas no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

	31.12.2019	31.12.2018
Número de Funcionários Cedidos pelo Banco do Brasil S.A.	52	53
Menor Salário (em R\$)	43.246,84	43.246,84
Salário Médio (em R\$)	5.494,94	5.267,89
Salário Máximo (em R\$)	15.646,59	14.814,86

15 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Circular Bacen n.º 3.484/2010.

b) Passivos Contingentes – Prováveis

Ações Trabalhistas

Refere-se a processo judicial trabalhista movido por ex-empregado da empresa que requer horas extras devido a execução de serviço bancário.

Ações Fiscais

As ações fiscais, que tramitam no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, referem-se à cobrança de IPVA.

Ações Cíveis

As ações movidas contra a BB Consórcios têm objeto em pedidos de indenização com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como em pedidos de revisão de cláusulas contratuais e repetição de indébito. Essas ações, em sua maioria, foram ajuizadas no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	2º Sem/2019	Exerc/2019	Exerc/2018
Demandas Trabalhistas			
Saldo Inicial	50	--	--
Constituição	2	79	55
Reversão da provisão	(27)	(54)	(55)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo Final	25	25	--
Demandas Fiscais			
Saldo Inicial	199	186	187
Constituição	9	22	59
Reversão da provisão	(16)	(16)	(60)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo Final	192	192	186
Demandas Cíveis			
Saldo Inicial	6.760	6.557	7.379
Constituição	1.353	2.953	4.468
Reversão da provisão	(1.421)	(2.818)	(5.290)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo final	6.692	6.692	6.557
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	6.909	6.909	6.743

A Administração da BB Consórcios considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

Cronograma esperado de desembolso

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	25	183	6.671
Acima de 5 anos	--	9	21
Total	25	192	6.692

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações nas jurisprudências dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas Cíveis	536	722
Demandas Fiscais (1)	2.913	2.762
Total	3.449	3.484

(1) Refere-se, principalmente, a processo administrativo junto à Receita Federal do Brasil questionando a não homologação de declaração de compensação (DCOMP).

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências prováveis, possíveis e/ou remotas:

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas Trabalhistas	75	--
Demandas Cíveis	5.801	4.979
Total	5.876	4.979

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros, aos Diretores e aos Acionistas da BB Administradora de Consórcios S.A.

Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Administradora de Consórcios S.A. ("BB Consórcios"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2019 e das variações nas disponibilidades de grupos para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Consórcios em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como a posição patrimonial e financeira das demonstrações dos recursos de consórcios consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e das variações nas disponibilidades de grupos consolidadas para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 15 de fevereiro de 2019, sem modificações.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da BB Consórcios, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da BB Consórcios. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa DVA foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da BB Consórcios é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros, sendo um integrante do Conselho, todos independentes, e eleitos pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas a BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios).

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 3.198/2004, Programa Destaque em Governança das Estatais (PDGE), Estatuto Social do BB e seu Regimento Interno, disponível no endereço eletrônico www.bb.com.br/rfi.

Nesse contexto, os administradores da BB Consórcios são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Resolução CMN nº 4.557/2017 atribuiu ao Comitê de Riscos e de Capital (Coris) o assessoramento ao CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do BB. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o Coris.

A Auditoria Interna (Audit) do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB Consórcios está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

III. Atividades do período

O Comitê de Auditoria, em cumprimento ao seu plano de trabalho, realizou regularmente reuniões internas, com o CA e Diretoria da Empresa, auditorias interna e independente, Banco Central do Brasil (Bacen), e também com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da empresa.

Nas reuniões, abordou os temas sob acompanhamento do Coaud e efetuou recomendações à administração nas situações em que identificou oportunidades de melhorias.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

IV. Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Audit e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.

O Comitê realizou reuniões periódicas com a Unidade para conhecer as conclusões dos trabalhos, principais pontos de atenção, acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições. Acompanhou o cumprimento das recomendações emitidas.

V. Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia a sua independência, a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição.

O Comitê realizou reuniões com a Deloitte com o objetivo de conhecer e acompanhar o planejamento, avaliar os resultados dos principais trabalhos realizados e examinar suas conclusões e recomendações. Os planos de ação são acompanhados pelo Coaud.

VI. Sistema de controles internos (SCI)

O Coaud avalia e monitora a efetividade do sistema de controles internos (SCI).

e) Obrigações Legais

Em 31.12.2019, a BB Consórcios mantém registrado em Outras Obrigações - Diversas o montante de R\$ 7.014 mil (R\$ 6.953 mil em 31.12.2018), sendo R\$ 6.299 mil de principal (R\$ 6.595 mil em 31.12.2018) e R\$ 715 mil de atualização monetária (R\$ 358 mil em 31.12.2018), referente ao ISSQN dos meses de janeiro e fevereiro de 2018, em decorrência da contestação judicial da Lei Complementar Nacional (LCN) nº 157/2016, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5835/DF em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 23.03.2018 foi concedida liminar suspendendo a eficácia do art. 1º da LCN nº 157/2016, na parte que modificou o art. 3º, incisos XXIII, XXIV e XXV, e os parágrafos 3º e 4º do art. 6º da LCN nº 116/2003. Nesta ação ainda estão pendentes, pelo plenário do STF, a confirmação da liminar e posterior análise definitiva do processo.

16 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º Sem/2019	Exerc/2019	Exerc/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	321.728	615.250	470.548
Outros resultados abrangentes	--	--	--
Efeitos dos impostos	--	--	--
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	321.728	615.250	470.548

17 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Redução ao Valor Recuperável

No exercício de 2019, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de perda do valor recuperável que justificassem o reconhecimento de perda por desvalorização, conforme determina o CPC 01, recepcionado pela Circular Bacen n.º 3.387/2008.

b) Aprovação do Aumento de Capital

Em 07.01.2020, o Conselho de Administração da BB Consórcios aprovou o aumento do Capital Social, sem emissão de novas ações, mediante capitalização das Reservas de Lucros. O atual Capital Social de R\$167.522 mil será alterado pela capitalização dos saldos da Reserva Legal de R\$ 33.505 mil e da Reserva Estatutária de R\$ 79.556 mil que resultará em um novo Capital Social de R\$ 280.583 mil. O processo de aumento de capital da BB Consórcios encontra-se na Secretaria de Coordenação das Empresas Estatais (Sest) para manifestação e, posteriormente, será encaminhado para deliberação pela Assembleia Geral Ordinária e aprovação pelo Bacen.

II – GRUPOS DE CONSÓRCIO

1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A BB Consórcios obteve autorização para formar e administrar grupos de consórcio em 19.02.2004, conforme publicado no Diário Oficial da União de 25.02.2004.

2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo de reserva e fundo comum de cada grupo. As aplicações financeiras foram efetuadas em fundos de investimento de renda fixa, administrados pela BB DTMV.

b) Direitos Junto a Consorciados Contemplados

Representam os valores a receber dos consorciados contemplados.

c) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados, Contribuições Devidas ao Grupo e Bens a Contemplar

São calculados com base no preço do bem vigente no último dia de cada mês.

d) Obrigações com Consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

e) Valores a Repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento, a título de Taxa de Administração e Seguros.

f) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os recursos de consorciados contemplados destinados à aquisição de bens/serviços.

g) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

h) Recursos do Grupo

Representam os valores líquidos dos recursos de Fundo de Reserva.

3 – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS GRUPOS

	31.12.2019	31.12.2018
Quantidade de consorciados ativos	947.037	794.505
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	290.503	236.864
Quantidade de bens entregues no período (1)	112.788	118.850
Quantidade de bens pendentes de entrega	132.369	69.896
Quantidade de inadimplentes contemplados	27.295	23.861
Quantidade de grupos administrados	194	213
Taxa de administração média ponderada no período (1)	17,93%	17,48%
Taxa de inadimplentes média ponderada de consorciados contemplados	2,80%	3,00%

(1) Os bens entregues e a taxa de administração média ponderada referem-se ao exercício encerrado em 31.12.2019 e ao exercício encerrado em 31.12.2018.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a BB Consórcios continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a BB Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que, em nossas demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB Consórcios.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BB Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB Consórcios a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 13 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Osellero Filho

Contador

CRC nº 1 SP 234751/O-6



A avaliação é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de supervisão e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), pela Gerência de Controles Internos da BB Consórcios, em informações e documentos requisitados a outras áreas do Banco e também em suas próprias análises.

VII. Transações com partes relacionadas

O Coaud avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, de acordo com as atribuições estabelecidas pela Lei das Estatais e seu Decreto regulamentador e recomenda melhorias nos processos operacionais à administração.

O Comitê realizou reuniões com as áreas de primeira e de segunda linhas de defesa e com as auditorias interna e independente.

Emitiu parecer específico sobre a revisão da política de transação com partes relacionadas.

VIII. Exposição a risco

O Coaud, em conjunto com o Coris, avaliou e monitorou as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos e realizou reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital.

IX. Demonstrações contábeis

O Coaud revisa, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e do auditor independente. Avalia a qualidade das demonstrações contábeis, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Bacen.

Examinou o resumo das principais práticas contábeis e analisou mensalmente as principais variações nos saldos contábeis e suas respectivas causas, a partir de informações fornecidas pela Diretoria Contábil (Coger).

Revisou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e do auditor independente, sem ressalvas, relativos a 31/12/2019.

X. Recomendações do Comitê de Auditoria

O Comitê elaborou pareceres ao



BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor de Autarquias Norte - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2019

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da BB Administradora de Consórcios S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria, todos referentes ao exercício de 2019.

Em 13 de fevereiro de 2020.

Marcos Renato Coltri

Ana Paula Teixeira de Sousa

Bruno Nunes Sad

João Martins Felcar

José Marques de Lima

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados e no Relatório dos Auditores Independentes – Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes – expedido nesta data sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2020.

Ana Cláudia Kakinoff Correa
Conselheira

Marluce dos Santos Borges
Conselheira

Cristiano Beneduzi
Presidente

DIRETORIA

Presidente

Paulo Ivan Rabelo

Diretor Executivo

Flávio Henrique Botelho Alvim

Thiago José Teixeira Lourenço

Conselho de Administração

Marcos Renato Coltri

Alexandre Alves de Souza

Ana Paula Teixeira de Sousa

Bruno Nunes Sad

João Martins Felcar

José Levi Mello do Amaral Júnior

José Marques de Lima

Conselho Fiscal

Cristiano Beneduzi

Ana Cláudia Kakinoff Correa

Marluce dos Santos Borges

Comitê de Auditoria

Antônio Carlos Correia

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC DF 017.601/O-5

CPF 541.035.920-87